

PORTARIA CRESS-TO Nº. 12/2023 de 29 de março de 2023.

Dispõe sobre a realização das horas extraordinárias para implantação da modalidade de inscrição “on-line” e adota outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL CRESS 25ª Região, no exercício de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no art. 26, inciso XXX do Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, regulamentado pela Portaria CFESS nº 469/2005;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 7º da Constituição Federal e do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, parágrafo primeiro da Portaria CRESS-TO n. 140/2013, que prevê que ao período de duração normal do trabalho será remunerado proporcionalmente, observado o regime jurídico do serviço extraordinário;

CONSIDERANDO que a carga horária normal dos empregados do CRESS-TO é de 30 horas semanais, sendo distribuída em jornada diária de 6 horas corridas;

CONSIDERANDO que é aplicado aos empregados as orientações advindas do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, onde explana a necessidade de cada regional adequar seus parâmetros de funcionamento em conformidade com os aspectos regionais na respectiva localidade;

CONSIDERANDO o disposto no normativo regional que estabelece os critérios para o regime de execução e pagamento do serviço extraordinário (Horas Extras) no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins;

CONSIDERANDO o número escasso de servidores na Autarquia, tendo que ser agregada as atividades extraordinárias o cumprimento das atribuições típicas de cada cargo, sem prejuízos aos profissionais e sociedade em geral;

CONSIDERANDO necessidade de imprimir ação de forma célere e eficiente aos ditames legais de inscrição “on-line” estabelecidos pela Resolução CFESS n. 1.014/2022, não cabendo, em dado momento, a terceirização de referido trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, por esta Portaria, a servidora Renata Rafaela Lopes do Setor Administrativo, a procederem com a execução de serviço extraordinário de duas horas/dia, por suas semanas, visando o cumprimento da implantação da nova modalidade de inscrição, por meio do cadastro “pré-inscrição online” no Sistema, como dita a Resolução 1.014/2022, bem como postar as Atas no Portal da Transparência.

Parágrafo Único – O cumprimento das horas extras a serem executadas se dará exclusivamente na forma da escala e planejamento apresentados, estando condicionado o respectivo pagamento ao efetivo cumprimento das atividades mediante apresentação do relatório de evolução e produção de cada área das informações exigidas pelos órgãos de controle.

Art. 2º. A presente autorização vigorará até a data de 30 de abril de 2023, podendo, a critério da Gestão ou em vista do cumprimento das metas, ser revogada antes.

Art. 3º. Os casos omissos ou não previstos na presente Portaria serão deliberados pela Diretoria, com eventual recurso ao Pleno do Regional.

Art. 4º. Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.



CÉLIA PEREIRA DA MATA
Conselheira Presidente

Julgamento de referência para a Portaria:

RECURSO DE EMBARGOS. CONTRATO TERMINADO ANTES DA VIGÊNCIA DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017, HORAS EXTRAS. VIAGENS PARA PARTICIPAÇÕES EM CURSOS E TREINAMENTOS, TEMPO DE APRESENTAÇÃO (CHECK-IN) NO AEROPORTO. TEMPO À DISPOSIÇÃO. ARTIGO 4º DA CLT. TEMPO DE DESLOCAMENTO CASA-AEROPORTO E AEROPORTO-HOTEL. AUSÊNCIA NO ENQUADRAMENTO COMO TEMPO À DISPOSIÇÃO. Considerando as viagens realizadas para cursos e treinamentos estabelecidos pelo empregador e o enquadramento de vários módulos temporais como tempo à disposição, nos termos do art 4º da CLT, com a redação vigente à época dos fatos, esta SBDI-1 fixa os seguintes parâmetros: (I) deve ser considerado na jornada de trabalho: a) o tempo de efetiva duração do voo, inclusive o tempo necessário para apresentação de check-in, fixado em uma hora para deslocamentos nacionais, e (b) o tempo de efetiva realização do curso, e, (II) o extrapolamento de tais períodos na jornada normal, gera direito à percepção de horas extras; (III) por outro lado, não se considera na jornada o tempo de deslocamento da casa até o aeroporto, na cidade de origem, nem o tempo de deslocamento entre o aeroporto e o alojamento, na cidade de destino, Recurso de embargos conhecido e provido parcialmente. E 770-74.2011.5.03.0106. Órgão Julgador Subseção Especializada em Dissídios Individuais. Publicação 23/10/2020. Julgamento em 21 de Maio de 2020.

RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI 13.015/2014 - HORAS EXTRAS. TEMPO DE DESLOCAMENTO EM VIAGENS PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E TREINAMENTOS. 1.1.É assente no âmbito desta Corte o entendimento de que, via de regra, o tempo destinado à realização de cursos e treinamentos, sobretudo quando exigidos pela empresa, caracteriza tempo à disposição, nos moldes do art. 4.º da CLT, devendo ser considerado como parte integrante da jornada de trabalho. Afinal, nesse período, a participação do empregado se dá em razão do contrato de trabalho, no interesse e benefício do empregador, e por determinação deste, o que caracteriza sujeição ao seu poder hierárquico e disciplinar. Além disso, não há liberdade do empregado para dispor de seu tempo como lhe aprouver. 1.2. Todavia, conforme salientou a Exma. Ministra Dora Maria da Costa nos autos do ARR-330-59.2016.5.23.0005 (DEJT26/10/2018), não é razoável computar-se o tempo de deslocamento entre a residência e o aeroporto, bem como entre o aeroporto de destino e o hotel, uma vez que constituem eventos comuns que ocorrem com todo trabalhador que depende de transporte público (ou privado) para o deslocamento da residência para o trabalho e vice-versa (aqui incluído o hotel em que se hospeda no local de destino, considerado como seu domicílio durante a viagem). Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. Processo RR 770-74.2011.5.03.0106 Órgão Julgador 2ª Turma Publicação DEJT 16/08/2019. Julgamento 14 de Agosto de 2019. Relator Delaíde Miranda Arantes.